

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2003

(Do Sr. Claudio Cajado)

Solicita informações ao Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a definição das linhas geodésicas que constituem os limites entre Estados e Municípios para efeito do cálculo do recebimento de royalties ou compensação financeira pela produção de petróleo e gás natural na plataforma continental.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão o seguinte pedido de informações:

Segundo a Lei nº 7.525, de 22 de junho de 1986, art. 9º, inciso I, cabe ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

“traçar as linhas de projeção dos limites territoriais dos Estados, Territórios e Municípios confrontantes, segundo a linha geodésica ortogonal à costa ou segundo o paralelo até o ponto de sua intersecção com os limites da plataforma continental”.

Diante dos problemas que têm ocorrido na definição desses limites, com disputas entre entes da Federação, e das propostas em debate sobre o tema no Legislativo, pergunta-se:

1) Quais são as normas técnicas e procedimentos operacionais que o IBGE utiliza na definição das linhas de projeção dos limites territoriais dos Estados e Municípios para efeito do cálculo do

recebimento de *royalties* ou compensação financeira pela produção de petróleo e gás natural na plataforma continental? Essas normas técnicas e procedimentos operacionais seguem modelos internacionalmente adotados para a definição de limites em situações semelhantes?

2) Após a definição dessas linhas e o cálculo do coeficiente de participação de cada Estado e Município, o IBGE formaliza os resultados em um documento único, ou conjunto de documentos? A consulta a tais resultados é aberta a qualquer cidadão?

3) Quais foram os coeficientes de participação calculados pelo IBGE para efeito da distribuição de *royalties* ou compensação financeira pela produção de petróleo e gás natural na plataforma continental, em relação a cada Estado e Município confrontante, nos últimos cinco anos?

Sala das Sessões, em de de 2003.

Deputado Claudio Cajado